

RECEBI O ORIGINAL

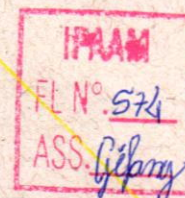
Em: 26 / 2 / 2024

JOSS HENRIQUE  
O. SILVA



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



## LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 534/09-09

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

**INTERESSADO: Cerâmica João de Barros Indústria e Comércio Ltda-Me .**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Rua Ulisses Tapajós, nº 26, Planalto, Manaus-AM.

**CNPJ/CPF:** 09.687.462/0001-01

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 04.225.351-9

**FONE:** (92) 99116-1235

**FAX:**

**REGISTRO NO IPAAM:** 1007.0109

**PROCESSO Nº:** 1741/T/09.

**ATIVIDADE:** Lavra a céu aberto sem beneficiamento

**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Estrada Manoel Urbano, km 0, denominação Ponta do Desembarcadouro, Zona de Expansão Urbana, Cacau Pirera, nas coordenadas geográficas: **P1** 03°10'01,70" S e 60°04'34,57"W; **P2** 03°10'01,68" S e 60°04'29,99" W; **P3** 03°10'08,58" S e 60°04'29,97" W; **P4** 03°10'08,59" S e 60°04'34,55" W, **processo DNPM Nº 880.312/2011-04**, Iranduba-AM.

**FINALIDADE:** Autorizar a intervenção ambiental em uma área de 3,0 ha, para lavra de argila.

**POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR:** Grande

**PORTE:** Médio

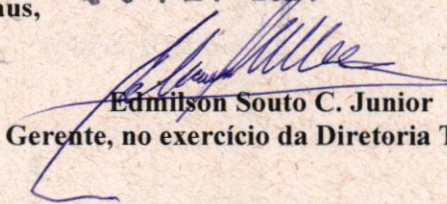
**PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA:** 02 ANOS.

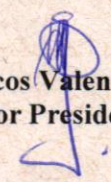
### Atenção:

- Esta licença é composta de 17 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus,

26 FEV 2024

  
Edmilson Souto C. Junior  
Gerente, no exercício da Diretoria Técnica

  
Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente



## RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO N° 534/09-09

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n°3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n°3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo n° 1741/T/09**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal
7. Segregar, acondicionar, armazenar, transportar e dar destinação, ambientalmente adequada aos resíduos oriundos da atividade de acordo com a Lei 12.305/2010 e NBR 10.004/2004, devendo manter em arquivo o registro de movimentação dos mesmos.
8. Proteger a flora e a fauna conforme estabelecido nas Leis n. ° 5.197/67.
9. É expressamente proibido o represamento e assoreamento dos corpos d'água existentes na área do empreendimento, devendo a transposição de corpos d'água ser realizada mediante autorização deste OEMA.
10. Paralisar imediatamente à atividade, quando da ocorrência de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos na área de influência direta e/ou indireta do empreendimento, e comunicar ao IPHAN e ao IPAAM.
11. Transportar substâncias minerais em veículos devidamente cobertos por lona, no horário compreendido entre as 06:00 e as 18:00 horas (de acordo com o disposto na IN/SDS n° 002/2009).
12. Realizar manutenção periódica dos ramais utilizados para o escoamento da produção mineral (de acordo com o disposto na IN/SDS n° 002/2009);
13. Apresentar na vigência da L.O o Certificado Técnico Federal – CTF, expedido pelo IBAMA;
14. Apresentar **no prazo de 60 dias**, relatório de desenvolvimento da atividade de acordo com PCA/PRÁD, contendo: Cronograma físico de progresso das principais atividades desenvolvidas, descrição dos resultados alcançados e o estágio de recuperação da área, acompanhado de relatório fotográfico com ART do técnico responsável pela execução;
15. Apresentar a este IPAAM, quando do vencimento, a prorrogação do Registro de Licença da Agência Nacional de Mineração – ANM;
16. Apresentar a este IPAAM, ao solicitar a renovação da Licença de Operação, planta georeferenciada contendo as áreas exploradas e a explorar;
17. Esta Licença Autoriza o transporte da substância mineral acompanhada da L.O;